

PROGRAMA ESPECÍFICO DA PROVA ORAL

O Presidente da Comissão do Concurso para ingresso na carreira da magistratura do TJTO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e nos termos do Edital nº 01/2025 e da Resolução nº 75/2009-CNJ, torna público o conteúdo programático da Prova Oral.

Ponto 1

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB). Das pessoas naturais. Das pessoas jurídicas. Direitos da personalidade. Desconsideração da personalidade jurídica. Do domicílio.

- Da ação. Natureza jurídica. Princípios. Elementos identificadores. Condições. Legitimação. Classificação. Métodos alternativos de solução de litígios. Ação popular. Execução contra Fazenda Pública.

- Princípios e conceitos gerais do Código de Defesa do Consumidor e campo de aplicação. Código Civil e CODECON. Pontos de divergência e convergência.

- Valores e princípios que regem os direitos das crianças e dos adolescentes.

- Finalidades do Direito Penal. Justiça Criminal Consensual. Princípio da reserva legal. Do Crime. Execução Penal. Princípios Fundamentais do Processo Penal. Lei nº 9.099/95 e Juizados Especiais. Lei nº 7.210/84 (Execução Penal).

- Constitucional: Poder constituinte originário, derivado e decorrente.

- Princípios de direito eleitoral.

- O Direito de empresa no Código Civil. Limites ao exercício da empresa. Títulos de crédito. Características e atributos. Classificação. Sociedades. Propriedade industrial.

- Poder de tributar e competência tributária. Imposto sobre serviços de qualquer natureza. Perfil do tributo e advento na reforma tributária.

- Função administrativa. Atos administrativos. Princípios reitores da Administração. Servidores públicos.

- A Constituição e o Meio Ambiente. Ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental.

- Direitos e deveres funcionais da magistratura.

Ponto 2

- Locação em geral. Locação e Lei nº 8.245/90. Do comodato e do mútuo. Da prestação de serviço. Da empreitada.

- Normas processuais civis. Aplicação da lei processual civil no tempo e no espaço. Direito Processual Constitucional. Ações Constitucionais. Ação Coletiva. Condições e Pressupostos.

- Consumidor e fornecedor. Conceitos e correntes. Boa fé objetiva dentro da sociedade de consumo. Teorias. Do princípio da informação.

- Criança e adolescente: Dos Direitos Fundamentais. Direito à vida. Proteção do nascituro. Direito à educação e cultura. Direito à saúde. Direito à inclusão. Crimes e infrações contra crianças e adolescentes.

- Aplicação da lei penal. Concurso de pessoas. Autoria e participação. Da organização criminosa. Lei processual no espaço e no tempo. Interpretação da lei processual penal. Lei nº 12.850/13. Organização Criminosa.

- Organização do Estado Brasileiro. Competência da legislativa da União e dos Entes Federados. Controle de Constitucionalidade e controle de convencionalidade. Partidos políticos.

- Sociedades empresárias. Tipos. Elementos. Classificação. Títulos de crédito.

- Competência tributária estadual. Processo judicial tributário: medidas cautelares. Dívida ativa.

- Poderes Administrativos. Poder Regulamentar, Disciplinar, Hierárquico e de Polícia. Desapropriação. Imposição de restrições e limitações à propriedade.

- Federalismo e Meio Ambiente. Sistemas de competência dos Entes Federados.

- Sistemas de controle interno do Poder Judiciário. Corregedorias. Conselho Nacional de Justiça.

Ponto 3

- Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Dos atos jurídicos lícitos e ilícitos. Da prescrição e decadência.
- Da prova. Do litisconsórcio e da Assistência, do Ministério Público e as Modalidades de Intervenção de Terceiros. Ação por ato de improbidade administrativa. Competência: organização e Divisão Judiciárias do Estado de Tocantins. Legitimidade para a Ação Coletiva.
 - Relações de Consumo. Contratos de longa duração. Vulnerabilidade. Características e diferenciações.
 - Criança e Adolescente. Do Poder Familiar. Direitos. Deveres. Parentesco. Aspectos: Constitucional, Legal e Jurisprudencial.
 - Do Crime. Excludentes de ilicitude e de culpabilidade. Consentimento do ofendido. Medidas de segurança. Ação Penal. Investigação Criminal. Lei nº 9.296/96. Interceptação Telefônica. Lei nº 8.069/90. Estatuto da Criança e Adolescente.
 - Os mecanismos de participação do cidadão, do povo e da sociedade na vida política e administrativa brasileira dispostos na Constituição Federal de 1988. Elegibilidade.
 - Sociedades por ações. Espécies. Sociedade Anônima. Características. Falência e Recuperação de empresas.
 - Princípios tributários da legalidade e seletividade. Competência tributária municipal.
 - Serviços Públicos. Delegação: concessão, permissão e autorização. Extinção dos atos administrativos. Responsabilidade civil da administração.
 - Princípios constitucionais ambientais. Princípio da solidariedade intergeracional. Princípio do desenvolvimento sustentável. Princípio do poluidor-pagador. Princípio da função socioambiental da propriedade. Princípio da prevenção. Princípio da precaução. Princípio da participação. Princípio da informação ambiental. Princípio da ubiquidade. Princípio da moralidade e o meio ambiente. Princípios ambientais implícitos.
 - Direito da antidiscriminação. Racismo, sexismo, intolerância religiosa.

Ponto 4

- Responsabilidade civil. Pressupostos. Causalidade. Responsabilidade objetiva e responsabilidade subjetiva. Dano material. Dano moral. Indenização.
- Competência. Das causas de modificações da competência. Conexão, continência e prevenção. Poderes e deveres do Juiz. Causas de impedimento e suspeição. Mandado de segurança. Execução de obrigação pecuniária: fase expropriatória. Ação civil pública e seu objeto.
- Fato e vício do produto e do serviço. Responsabilidade do fornecedor. Prescrição e decadência.
- Da família substituta. Adoção, guarda e tutela. Abrigo e alternativas ao acolhimento familiar. Aspectos: Constitucional, Legal e Jurisprudencial.
- Crimes contra a pessoa. Elemento subjetivo. Erro de tipo e erro de proibição. Extinção da punibilidade.
- Princípios fundamentais do Processo Penal. Sentença penal. Procedimento especial do Tribunal do Júri.
- Controle da constitucionalidade das leis e atos normativos federais, estaduais e municipais em relação à Constituição da República Federativa do Brasil.
- Ação de impugnação de registro de candidatura.
- Falência. Princípios. Pressupostos. Caracterização. Efeitos. Acordo de acionistas. Acionista controlador. Abuso do poder de controle. Títulos emitidos pelas sociedades anônimas. Títulos de crédito.
- Princípio da irretroatividade e da anterioridade da lei tributária. Processo administrativo tributário.
- Descentralização administrativa. Outorga. Administração Indireta.
- Deveres genéricos e específicos do Poder Público em relação ao meio ambiente. Competência legislativa e administrativa em matéria ambiental.
- Transformação digital do direito. LGPD e proteção de dados.

Ponto 5

- Do direito das obrigações. Modalidades das obrigações. Da transmissão das obrigações. Do adimplemento e extinção das obrigações. Do inadimplemento das obrigações.
- Atos processuais. Comunicação dos atos processuais. Forma dos atos processuais e sua validade. Formação, suspensão e extinção do processo. Fase de cumprimento de sentença. Execução de obrigação de fazer e não fazer. Sentença e Coisa Julgada nas Ações Coletivas.
- Cláusulas e práticas comerciais abusivas, interpretação e abrangência. Oferta e publicidade. Revisão contratual.
- A Justiça da Infância e Adolescência. Ato infracional. Medidas e garantias. Prevenções. Formas de controle, inclusive perante as entidades de atendimento. O Conselho Tutelar.
- Crimes contra a administração pública. Crimes de licitações. Concurso de pessoas. Responsabilidade penal da pessoa jurídica.
- Sentença penal. Efeitos da condenação. Jurisdição. Competência criminal. Nulidades.
- Controle da constitucionalidade das leis e atos normativos federais, estaduais e municipais em relação às Constituições Estaduais.
- Eleitoral: abuso de poder econômico e político.
- Efeitos jurídicos da sentença de falência. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades. Modalidades de dissolução e de liquidação. Sociedades Empresárias.
- Princípios tributários de vedação ao confisco e da livre circulação. Imposto sobre a transmissão causa mortis e sobre doações. Precatórios nas relações tributárias.
- Agências Reguladoras. Intervenção do Estado na propriedade.
- A comunidade e a tutela do ambiente. Política Nacional de Educação Ambiental. Participação popular na política pública ambiental. Participação popular na administração, no Parlamento e no Judiciário.
- O Código de Ética da Magistratura. CNJ e eficácia normativa de suas resoluções.

Ponto 6

- Dos contratos em geral. Do depósito. Do mandato. Da corretagem. Do transporte. Do seguro. Da fiança.
- Processo e procedimento. Das provas. Arguição de falsidade. Ação por ato de improbidade administrativa. Tutela de urgência e tutela de evidência. Execução de obrigação de dar. Dano moral coletivo.
- Desconsideração da personalidade na Lei nº 8.078/90. Semelhanças e/ou diferenciações entre as disposições do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil. Publicidade no Código de Defesa do Consumidor
- Valores e princípios que regem os direitos das crianças e dos adolescentes. Trilogia da proteção integral. Aspectos: constitucional, legal e jurisprudencial.
- Concurso de crimes. Extinção da punibilidade. Crimes contra o patrimônio.
- Princípios Fundamentais do Processo Penal. Prova Penal. Ação penal e comunicação dos atos Processuais.
- Arguição de inconstitucionalidade. A arguição perante o Judiciário no Estado de Tocantins.
- Financiamento de campanha eleitoral. Propaganda político-eleitoral.
- Sociedades. Títulos de Crédito. Características. Requisitos essenciais. Recuperação de empresas. Propriedade Industrial.
- Princípio da igualdade tributária e subprincípios derivados. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores. Certidões negativas.
- Controle da Administração. Controle interno e controle externo. Tribunais de Contas.
- Responsabilidade Administrativa Ambiental. Responsabilidade Civil e responsabilidade Penal Ambiental. Dano e reparação.
- Independência do Juiz. Código de Organização Judiciária do Estado de Tocantins

Ponto 7

- Da compra e venda. Da venda com reserva de domínio. Da doação. Arrendamento Mercantil.
- Da sentença e da coisa julgada. Efeitos da sentença e da coisa julgada. Limites subjetivos e objetivos. Ação rescisória. Reclamação. Liquidação de Sentença e Execução nas ações coletivas. Legitimidade.
- Contratos de consumo. Termo de ajustamento de conduta e convenção coletiva de consumo.
- Dos Direitos Fundamentais. Direito à vida. Proteção do nascituro. Direito à educação e cultura. Direito à saúde. Direito à inclusão. Crimes e infrações contra crianças.
- Processo legislativo e espécies normativas. Poder Legislativo.
- Princípios Fundamentais do Direito Penal. Aplicação da lei penal no tempo e no espaço. Dos crimes contra a fé pública.
- Execução penal. Reforma do Processo Penal (Pacto Anticrime – Lei nº 13.964/2019) Prisão – Medidas cautelares e liberdade provisória. Nulidades. Lei nº 11.340/06 - Maria da Penha
- Justiça Eleitoral. Juízes, Tribunal Regional e Tribunal Superior.
- Ineficácia dos atos praticados pelo devedor antes da falência. Atos revogáveis. Ação Revocatória. Regência supletiva pelas normas da sociedade simples. Aplicação das normas da sociedade anônima à sociedade limitada. Promissória. Letra de Câmbio. Duplicata. Sociedades.
- Limitações ao poder de tributar. Princípio da capacidade contributiva e seus corolários. Impostos estaduais.
- Garantias dos administrados. Exercício administrativo e exercício judicial: mandado de segurança, ação popular, habeas data e mandado de injunção.
- Patrimônio ambiental natural. Ar, Água, Solo, Flora, Fauna, Patrimônio ambiental cultural. Patrimônio ambiental artificial. Patrimônio genético, biotecnologia e biossegurança.
- Estatuto da Magistratura Nacional. Conselho Nacional de Justiça.

Ponto 8

- Do condomínio. Do condomínio edilício. Da propriedade resolúvel. Da propriedade fiduciária.
- Execução de título extrajudicial. Ação Anulatória. Ação Rescisória. *Querela nullitatis*. Coisa julgada nas ações coletivas. O Papel do Ministério Público na Tutela Coletiva. Inquérito Civil
- Superendividamento. Defesa do consumidor em juízo. Prova. Inversão do ônus probatório. Ações coletivas no Código de Defesa do Consumidor.
- Criança e adolescente. Do Poder Familiar. Direitos. Deveres. Parentesco.
- Juizados Especiais Criminais. Das penas. Medidas despenalizadoras. Lei nº 11.343/06. Teoria das Circunstâncias.
- Sentença penal. Dosimetria. Sujeitos do processo. Direitos humanos.
- Eleitora: Recurso contra expedição de diploma.
- Dos efeitos jurídicos da sentença de falência. Habilitação, verificação e classificação dos créditos. Créditos não sujeitos à habilitação. Habilitação retardatária. Quadro geral de credores. A responsabilidade do sócio que se retira ou é excluído. Apuração de haveres. Cheque. Endosso e aval. Títulos emitidos pelas sociedades anônimas.
- Ação de improbidade. Ação civil pública. Princípios administrativos. Agentes públicos.
- Licenciamento ambiental. Estudo prévio de impacto ambiental. EIA/RIMA.
- Infrações por parte de magistrado. Sanções.

Ponto 9

- Dos atos unilaterais. Da promessa de recompensa. Do pagamento indevido. Do enriquecimento sem causa. Estatuto da pessoa com deficiência.

- Da liquidação de sentença. Execução. Da impugnação e dos embargos à execução. Espécies de execução. Do precatório.
- Direito do consumidor: disposições gerais. Direitos básicos do consumidor. Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação de danos.
- Da família substituta. Adoção, guarda e tutela. Abrigo e alternativas ao acolhimento familiar.
- Das Penas. Medidas de segurança. Crimes contra a dignidade sexual.
- Procedimento comum e ordinário. Lei nº 11.343/06 – Drogas. Questões e processos incidentes. Interceptação telefônica (Lei nº 9.296/1996).
- Direitos fundamentais explícitos e implícitos. Controle de Constitucionalidade e controle de convencionalidade.
- A liquidação na falência. Encerramento da falência e extinção das obrigações do falido. Sociedade. Propriedade Industrial.
- Vigência e aplicação da lei tributária. Execução fiscal.
- Responsabilidade civil do Estado. Intervenção no domínio econômico. Previdência social. Proventos. Pensão.
- A Tutela do Meio Ambiente. Poluição da água. Poluição Atmosférica. Poluição Visual. Poluição por resíduos sólidos. Poluição por atividades nucleares. Agrotóxicos.
- O magistrado diante de precedentes, estabilidade da jurisprudência e da segurança jurídica.

Ponto 10

- Usufruto, uso e habitação. Direito de superfície. Loteamento. Incorporação imobiliária.
- Dos recursos. Incidentes de uniformização de jurisprudência e criação de precedentes. Incidente de declaração de inconstitucionalidade. A tutela coletiva do consumidor.
- Fato e vício do produto e do serviço. Responsabilidade do fornecedor. Prescrição e decadência.
- A Justiça da Infância e Adolescência. Ato infracional. Medidas e garantias. Prevenções. Formas de controle, inclusive perante as entidades de atendimento. O Conselho Tutelar.
- Crimes contra a dignidade sexual. Elemento subjetivo. Aplicação da lei penal. Medidas de segurança.
- Sentença Penal. Lei nº 11.343/06 – Drogas. Prova Penal.
- Garantias ativas e passivas dos direitos fundamentais.
- Eleitoral. Inelegibilidades.
- Recuperação judicial da empresa. Títulos de Crédito. Sociedades. Falência. Propriedade Industrial.
- Imposto sobre a transmissão de bens imóveis. Execução contra a Fazenda Pública.
- Procedimento administrativo. Prescrição e decadência. Autotutela. Atos nulos e atos anuláveis. Sanatória.
- Responsabilidade Ambiental. Sanções ambientais. Lei Federal 9.605/98.
- Equidade, direito e moral. Direitos Humanos e controle de convencionalidade.

Ponto 11

- Direitos da pessoa idosa. Direito autoral. Registros Públicos.
- Da tutela cautelar. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária e contenciosa. Ação de Consignação em pagamento. Ação de depósito e ação de prestação de contas. Ação coletiva e tutela coletiva de urgência
- Teorias da confiança, da vontade e da declaração. Proteção do Consumidor dentro e fora da Lei nº 8.078/90. Reflexos nas relações contratuais. Diferenciações entre as disposições do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil.

- Valores e princípios que regem os direitos das crianças e dos adolescentes. A proteção integral. Aspectos: constitucional, legal e jurisprudencial.
- Princípios Fundamentais do Direito Penal. Concurso de crimes. Juizados Especiais Criminais. Lei nº 11.343/06.
- Competência criminal. Recursos. Ações autônomas de impugnação. Lei nº 11.340/06 – Maria da Penha.
- Poder Constituinte originário, derivado e decorrente.
- Direitos da cidadania. Ação por captação ilícita de sufrágio.
- Recuperação judicial e extrajudicial. Concorrência desleal. Duplicata mercantil. Títulos emitidos pelas sociedades anônimas. Sociedades.
- Obrigação tributária: sujeição ativa e passiva. Não-cumulatividade. Impostos estaduais e impostos municipais. Repartição.
- Classificação dos cargos públicos. Transformação e extinção. Criação de cargos. Atos punitivos. Processo e regime disciplinar do servidor público. Princípios reitores. Responsabilidade civil do agente público. Estatuto dos Servidores do Estado de Tocantins.
- Ética Ambiental. Fundamento constitucional. Ecologia ou Antropologia. Estado Constitucional Ecológico. A Ética e o ambiente natural, cultural e artificial. A ética ambiental e o Estatuto da Cidade.
- Estatuto da Magistratura Nacional.

Ponto 12

- Do direito das coisas. Da posse. Da propriedade. A garantia do direito de propriedade em relação com sua função social e ambiental. Dos direitos de vizinhança.
- Ações possessórias. Ação de nunciação de obra nova. Ação de usucapião. Do inventário e partilha. Ação de busca e apreensão de bens dados em alienação fiduciária. Ações no âmbito do Direito de Família. A Tutela de bens de direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- Cláusulas e práticas abusivas. Práticas abusivas comerciais e produtivas. Mecanismos para seu reconhecimento.
- Infância e adolescência. Dos Direitos Fundamentais. Direito à vida. Proteção do nascituro. Direito à educação e cultura. Direito à saúde. Direito à inclusão. Crimes e infrações contra crianças e adolescentes.
- Execução Penal. Do Inquérito Policial. Ação Penal. Da organização criminosa.
- Princípios fundamentais do Processo Penal. Recursos. Ações autônomas de impugnação.
- Constitucional: Intervenção Federal e intervenção Estadual.
- Eleitoral. Ação por conduta vedada a agentes públicos.
- Contrato de transporte. Propriedade Industrial. Sociedades. Títulos de Crédito.
- Responsabilidade tributária dos sucessores e de terceiros por infrações. Execução fiscal: defesa do executado e de terceiro. Exceções na execução fiscal.
- A propriedade na Constituição Federal. Limitações e restrições administrativas. Bens públicos. Características. Espécies. Formas de uso. Uso de bem público por particulares. Alienação.
- Tutela Extrajudicial do Meio Ambiente. Tutela judicial do Meio Ambiente: ação civil pública, ação popular, ação objetivando obrigação de não fazer ou demolitória. Mandado de Segurança Coletivo. Mandado de Injunção Ambiental. Prescrição.
- Relacionamento do magistrado com a sociedade e com a mídia.

Ponto 13

- Das servidões. Do compromisso de compra e venda. Garantias de dívidas: penhor e hipoteca.
- Embargos de terceiros. Ação monitória. Ação de alimentos. Arbitragem. Sistema do Juizado Especial Cível: princípios informadores. Tutela coletiva e responsabilidade civil.

- Consumidor - Vantagem manifestamente excessiva. Conceituação. Parâmetros. Reflexos em sistema de contratação massificada. Valoração e aferição.
- Do Poder Familiar. Direitos. Deveres. Parentesco. Aspectos: Constitucional, Legal e Jurisprudencial.
- Legalidade e reserva legal no direito penal. Crime Lei nº 11.343/06. Juizados Especiais Criminais. Prisão – Medidas cautelares e liberdade provisória. Lei nº 9.099/95 – Lei nº 11.340/06 – Maria da Penha. Crimes na Lei n. 10.741/03 e na Lei n. 8.069/90.
- Princípios constitucionais da Administração Pública. Disciplina Constitucional dos Servidores Públicos.
- Ação de impugnação de mandato eletivo.
- Sociedade limitada. Conhecimento de frete ou de transporte. Títulos de Crédito. Falência e Recuperação de empresas.
- Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Garantias e privilégios da Fazenda Pública. Taxa judiciária, custas e emolumentos.
- Improbidade administrativa. Advento da Lei nº 14.230/21.
- Política Ambiental e Urbanismo. O conceito de Justiça.

Ponto 14

- Do direito de família. Da eficácia do casamento. Da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Da proteção da pessoa dos filhos. Das relações de parentesco. Da filiação. Do reconhecimento dos filhos. Do poder familiar: disposições gerais, exercício, suspensão e extinção. Do regime de bens entre os cônjuges. Alimentos. União estável.
- Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública. Competência. O sistema recursal. Acesso aos Tribunais Superiores. Coisa julgada e formas de impugnação. Reclamação.
- Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil. Vantagem manifestamente excessiva. Lesão. Nulidade. Anulabilidade. Reflexos contratuais.
- Da família substituta. Adoção, guarda e tutela. Abrigo e alternativas ao acolhimento familiar. Aspectos: Constitucional, Legal e Jurisprudencial.
- Das Penas. Crimes contra o patrimônio. Extinção da punibilidade.
- Sentença penal. Prova. Procedimento comum, ordinário, comum sumário e procedimentos especiais.
- Ordem Econômica na Constituição. Princípios constitucionais da ordem econômica. Inelegibilidades constitucionais.
- Dissolução, liquidação e extinção da sociedade. Doutrina da desconsideração da pessoa jurídica. Conhecimento de depósito e warrant. Títulos de Crédito. Sociedade Anônima.
- Conflito IPTU x ITR. Processo judicial tributário: mandado de segurança. Decadência e prescrição do crédito tributário.
- Atos administrativos. Contratos administrativos.
- Política ambiental na Constituição Federal
- Carreira da magistratura. Ingresso. Promoção. Remoção.

Ponto 15

- Do direito das Sucessões. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Do inventário e da partilha.
- Procedimentos especiais não previstos no CPC. Ações locatícias. Ação de desapropriação. Execução Fiscal. Processo de conhecimento: fase de saneamento.
- Proteção contratual no Código de Defesa do Consumidor. Cláusulas abusivas. Contratos de adesão.
- A Justiça da Infância e Adolescência. Ato infracional. Medidas e garantias. Prevenções. Formas de controle, inclusive perante as entidades de atendimento. O Conselho Tutelar.
- Tutela coletiva da ordem econômica, urbanística e para defesa do patrimônio público e social.
- Do crime. Crimes contra a pessoa. Medidas de segurança. Extinção da punibilidade.

- Prisão. Medidas cautelares e liberdade provisória. Questões e processos incidentes. Sentença penal. Recursos.
- Organização do Poder Judiciário na Constituição Federal de 1988. Tribunais. CNJ.
- Inelegibilidades infraconstitucionais ou legais.
- Sociedade Anônima. Processo Falimentar. Títulos de Crédito. Propriedade Industrial.
- Isenções, não-incidência, alíquota zero, imunidades. Processo judicial tributário: repetição do indébito e compensação.
- Atos vinculados e discricionários. Controle externo pelo Judiciário. Mérito. Controle de políticas públicas.
- Natureza pública da proteção ambiental. Tratados Internacionais sobre tema ambiental.
- Atuação do Judiciário como Poder Político.